Tramas da imprensa paranaense e o regime militar de 1964[1]

Layse Pereira Soares do NASCIMENTO[2]
Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR

RESUMO
Este estudo tem o objetivo de verificar se o comportamento da imprensa paranaense, durante o período da ditadura militar de 1964, tal qual ocorreu com parte da imprensa nacional (principalmente, mas não só a grande), se associou ao novo regime que se instaurou no país e, por meio desta parceria conseguiu obter vantagens econômicas e políticas. Os jornais paranaenses relacionados têm em comum, uma identidade entre seus fundadores, provenientes de classes sociais economicamente elevadas e com envolvimento na política local, estadual ou até nacional. Por outro lado, o governo militar, que não foi legitimado pelo voto, lança mão da comunicação de massa com o objetivo de criar comportamentos favoráveis e reduzir a resistência popular.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Ditadura; Hegemonia; Censura; Classes.

Quando o assunto envolve os temas imprensa e ditadura, é comum o posicionamento de defesa frente aos abusos cometidos pelo regime militar contra a liberdade de expressão. Não há aqui, negação dos fatos históricos documentados e narrados à exaustão por pesquisadores que revelam os horrores ocorridos no Brasil, principalmente durante os anos de chumbo, marcados pelo governo Médici. O livro reportagem Brasil Nunca Mais (1986) é um exemplo de um estudo sobre as vítimas do regime militar. A pesquisa partiu da análise de cópias da quase totalidade dos processos políticos que transitaram pela Justiça Militar Brasileira entre abril de 1964 e março de 1979 (BNM, 1986:22). Constam do livro depoimentos das vítimas, de familiares, pessoas que foram detidas, mas não permaneceram presas, além da contextualização do momento histórico como a origem do Regime Militar e sua consolidação com a montagem do aparelho repressivo e suas leis, as formas de tortura comumente utilizadas, análise da subversão dos direitos dos presos políticos, etc.

[1] Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Professora da Unicentro e doutoranda do Programa de Doutorado em Comunicação e Cultura Interinstitucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Estadual do Centro-Oeste, email: p.layse@hotmail.com.

Entretanto, um olhar mais cuidadoso permite observar como parte da imprensa (principalmente, mas não só a grande), por conveniência se associou ao novo regime que se instaurou no país e por intermédio dessa parceria conseguiu obter vantagens econômicas e políticas. E, esse não é um comportamento isolado. Vários estudos sobre as características dos jornais impressos, desde seu surgimento, apontam que embora muitos tenham tornado público por meio de notícias, entrevistas de seus dirigentes, ou ainda slogans adotados, posição de independência, defesa dos interesses comunitários, e inexistência de vínculo político-partidário, na prática, revelam o contrário. Inclusive surgem justamente para atender ao propósito de defesa de uma determinada ideologia, grupo político, elites.

Ao abordar a formação das diversas categorias de intelectuais, Gramsci (1968, p.4) destaca, que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas ainda em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador da "confiança" dos que investem em sua fábrica, dos compradores de sua mercadoria, etc).

Ainda afirma Gramsci:

> Os empresários – se não todos, pelo menos uma elite deles – devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe: ou pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os "prepostos" (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica. (GRAMSCI, 1968, p.4)

Portanto, segundo Gramsci, é o intelectual orgânico que exerce uma liderança, articula as massas e contribui para organizar a cultura. Na sociedade moderna, o Estado não se limita a instrumentos de coerção e repressão física para exercer dominação sobre as massas. Os instrumentos de coerção continuam existindo, mas a dominação se dá de outras formas como a cultura, a mídia, a escola. (Gramsci, 1968)

Marcondes Filho (2009) faz a distinção entre dois estilos diferentes de dominação que ocorreram no Brasil, no período da ditadura.

> O primeiro, em 1964, da chamada ditadura branda, foi marcado pela política de Castelo Branco e de Costa e Silva, momento em que a voz democrática e desafiadora sobrevivia na Revista da Civilização Brasileira, nas denúncias de Hélio Fernandes no Jornal A Tribuna da Imprensa, nas provocações da revista satírico-humorística Pif-Paf, no teatro, na música popular. Os militares que haviam derrubado João Goulart pareciam estar mais interessados em mudar a fachada política do Brasil ou o estilo político que se praticava no país, acabando com o janguismo, o suposto crescimento esquerdista do início dos anos 60, as ameaças de o Brasil tornar-se um Estado sindicalista do que, efetivamente calar todas as vozes oposicionistas. (MARCONDES FILHO, 2009, p.42)

O desaparecimento de cena de figuras expressivas como Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Juscelino Kubistchek e Jânio Quadros é apontado por Marcondes Filho (2009).

Enquanto a população civil, a grande imprensa, os meios irradiadores do rádio e da TV, em sua quase total maioria ignoravam a grande inversão do jogo democrático realizado pelos militares, o protesto contra o regime militar dos primeiros anos ficou principalmente no campo universitário e da manifestação artística e cultural (Marcondes Filho 2009). A UNE realizava secretamente seus congressos, produzia e veiculava nas universidades pasquins ostensivamente antigovernistas (...).

O livro reportagem Brasil Nunca Mais (1986) relata que o movimento estudantil brasileiro ocupou o primeiro lugar nas mobilizações de protesto e manifestações de descontentamento frente ao governo.

> Já em 1965, os estudantes conseguiram realizar um plebiscito, entre as escolas do Rio de Janeiro, que repudiou energicamente um decreto baixado pelo ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, tentando extinguir a UNE e substituí-la por um Diretório Nacional dos estudantes, atrelado às autoridades do Regime (BNM, 1986:133).

A nomeação do então ministro Flávio Suplicy de Lacerda, paranaense, foi exaltada no noticiário estadual no ano anterior, conforme comprova a edição do dia 19 de abril de 1964, do semanário Folha do Oeste da cidade de Guarapuava, interior do Paraná. Nesta edição, após anunciar na manchete a posse do Marechal Humberto Castelo Branco é “noticiado” ao leitor que se trata de um homem de muitos adjetivos: “Soldado, inteligente, culto, resoluto, sereno e democrático, possui títulos que o

credenciam". Logo abaixo apresenta outro título: "Paraná tem Ministro", Flávio Suplicy, professor e ex-reitor da Universidade Federal do Paraná assume o Ministério da Educação e Cultura. Nesta edição, o assunto principal é a "mudança de governo". Os textos são apresentados em tom de saudação aos "novos dirigentes do país" e, particularmente, empenhados em evidenciar os laços que estreitam as relações do estado do Paraná com os militares que assumiram o poder.

O segundo período da ditadura, afirma Marcondes Filho (2010) ocorre a partir de dezembro de 1968, marcado pela decretação do AI5:

> Decretaram-se recessos legislativo, intervenções nos estados, cassações de mandatos, confisco de bens e suspensão de direitos políticos por dez anos. A censura política tornou-se radical e implacável. O Brasil, especialmente sob o regime de Médici, tornou-se um território de terror, da insegurança e da espionagem política, tal qual se praticaram décadas antes na Europa, sob o fascismo. Pode-se dizer, sem qualquer sombra de dúvida, que a produção jornalística substantiva e de melhor qualidade no jornalismo brasileiro da época migrou, no período pós-AI5, para publicações tablóides, como o caso do jornal Opinião, e, mais tarde, para o jornal Movimento. (MARCONDES FILHO, 2009, p.43)

Neste período Mattos (2009) registra que vários escritores e artistas foram enquadrados de acordo com os termos da Lei de Segurança Nacional. No período do regime militar foram proibidos no Brasil mais de 500 livros, de autores brasileiros e estrangeiros, entre eles Rubem Fonseca, José Louzeiros, Ignácio Loyola de Brandão, Regis Debray, Henry Miller e Louis Althusser. A imprensa só pode registrar com liberdade fatos dos anos 60 e 70 a partir de fins de 1979 (Mattos, 2009).

Grandes Parceiros

Marcondes Filho (2009) assegura que a grande imprensa colaborou com o golpe. Juarez Bahia (1990) registra que durante a ditadura de 1964, a imprensa alternativa sofre um rigor da censura ainda maior que a grande e média imprensa. O Jornal O Estado de São Paulo, ligado às oligarquias paulistas, O Jornal do Brasil, a Tribuna da Imprensa, e a Folha de São Paulo juntaram-se na campanha contra Jango, o que

acelerou sua queda. Marcondes Filho (2009), assinala que quem era contra foi estraçalhado, como foi o caso da Última Hora e do Correio da Manhã.

> Logo nos primeiros dias, começou a destruição de qualquer resistência na imprensa: Última Hora foi invadida e depredada; os jornais e revistas nacionalistas ou esquerdistas foram fechados; instaurou-se rigorosíssima censura no rádio e na televisão; numerosos jornalistas foram presos, torturados, exilados e alguns tiveram seus direitos políticos cassados (...) (SODRÉ, 1999, p.435)

O Correio da Manhã, de 1964 a 1965, nos conta Sodré (1999), manteve postura firme no protesto e na denúncia das torturas e das arbitrariedades que passaram a fazer parte da vida brasileira. Com o corte da verba publicitária por parte das agências estrangeiras enfrentou problemas financeiros e para não fechar suas portas precisou mudar a posição do jornal que poderia continuar a fazer oposição ao regime militar, mas não aos interesses norte-americanos.

No movimento contrário à resistência se destacaram a Globo e a editora Abril, o que levou Pedrinho Guareschi (1982), a afirmar em seus estudos que, "até hoje não se sabe, de forma clara, as tramóias e conluios acontecidos no nascer desses dois gigantes". A legislação brasileira proibia a intromissão de capital estrangeiro nos meios de comunicação do país, mesmo assim, a Globo, em fase de implantação, aceita a oferta de mais de 5 milhões de dólares, na época (1962), da Time-Life (Guareschi, 1982).

> Segundo a Comissão Parlamentar de Inquérito que examinou o escândalo Globo-Time-Life, em 1967, as perspectivas do capital estrangeiro nos meios de comunicação de massa têm uma ligação com o momento político vivido pelo Brasil após a revolução de 1964 (...) Nesse período, os que assumiram o poder tinham necessidade dos meios de comunicação de massa, principalmente da televisão, para criar uma legitimidade que não possuíam (GUARESCHI, 1982, p. 46).

Isso significa que o governo militar, que não foi legitimado pelo voto, lança mão da comunicação de massa com o objetivo de criar comportamentos favoráveis e reduzir a resistência popular. Guareschi (1982) fala sobre os planos da Globo, que envolviam a criação de um conglomerado, com objetivos comerciais, na mobilização da opinião pública em favor do governo da revolução e, em servir de canal para entrada do capital estrangeiro no País, como já acontecera nos outros países da América Latina. Diante do

resultado da CPI de que o acordo entre Globo-Time-Life era inconstitucional, o Presidente Castello Branco, em vez de cassar a concessão, deu 90 dias de prazo para que a situação se regularizasse (Guareschi 1982).

O Estado de São Paulo e Os Diários Associados recusaram a ajuda do Time-Life, a editora Abril seguiu os passos da Globo. Há que se destacar, que mesmo os apoiadores (iniciais ou permanentes) do regime militar, foram obrigados a conviver com a figura do censor dentro de suas redações.

Ao se referir as agências de notícias que abasteciam países da América Latina a partir de 1960, Guareschi (1982 p.36) diz que: "Somente um pequeno grupo de pessoas decide se determinada notícia será feita, e depois de escrita se será enviada, e se enviada, a quem será enviada".

Marques (2006), baseado na interpretação marxista, afirma que os meios de comunicação de massa, que fazem parte da superestrutura das sociedades capitalistas, atuam na esfera da reprodução ideológica dessa formação social. "Os grandes veículos de comunicação normalmente funcionam como um agente ideológico de afirmação e justificação dos fatores estruturais e do funcionamento da sociedade" (MARQUES 2006, p.56)

> As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como idéias. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem entre outras coisas, também a consciência e, por isso pensam (...) e, consequentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e a distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias sejam por isso mesmo, as idéias dominantes da época. (MARX, ENGELS, 1987, p.72)

Ribeiro (2008, p.195) destaca que os meios de comunicação, desde o século XX, passaram a ocupar uma posição institucional que lhes conferiu o direto de produzir enunciados em relação à realidade, aceitos pelo consenso da sociedade como verdadeiros. Ribeiro diz que a história passou a ser aquilo que aparece nos meios de comunicação de massa. "São eles que detêm o poder de dar relevância aos acontecimentos e de eleva-los à condição de históricos. O que passa ao largo da mídia é considerado, pelo conjunto da sociedade, como sem importância" (Ribeiro 2008, p.195).

Imprensa paranaense

Nascer sob o signo do interesse político. Esta é uma marca comum também na imprensa paranaense ao longo de todo o século passado, afirma Oliveira Filha (2004) que tem um estudo detalhado sobre este assunto.

O Paraná, narra Woitowicz (2003), é o último estado brasileiro a contar com o surgimento da imprensa, tendo como registro deste marco a implantação da "Typographia Paranaense" em Curitiba, de onde saía em 1º de abril de 1854, o primeiro número do jornal O Dezenove de Dezembro. Somente em 1884 foi possível conhecer a primeira folha diária. Seu proprietário, Cândido Martins Lopes, contou com o apoio financeiro do presidente recém-empossado da província, Zacarias de Góes e Vasconcelos, para instalar a primeira tipografia na cidade.

A partir desta data registra-se na história da imprensa paranaense a proliferação de jornais de diferentes grupos e estilos, como os imigrantes, clubes, folhas literárias e esportivas. Segundo Woitowicz (2003), pode-se dizer que o jornal Diário da Tarde acompanhou e participou de maneira significativa dos principais acontecimentos da história do Paraná desde o seu surgimento, em 18 de março de 1889.

> Mais do que isso, o jornal representou um veículo de informação e transmissão da cultura, da sociabilidade e da trajetória política da capital paranaense, servindo como porta-voz de tendências, tensões e posicionamentos da sociedade em momentos distintos da vida pública. Osvaldo Pilotto reproduz o objetivo do fundador do *Diário da Tarde*, Estácio Correia, ao fazer circular um jornal "em virtude da necessidade que sente o nosso Estado de uma folha que seja, entre as lutas partidárias, um elemento ponderativo". Com um estilo popular, manifestando os problemas e as conquistas da capital e traduzindo o seu processo de desenvolvimento, o jornal consolida-se como a folha de maior circulação no Paraná. (WOITOWICZ, 2003)

No dia 20 de janeiro de 1919 começa a circular a Gazeta do Povo, o jornal que, anos depois, praticamente irá encerrar as atividades do Diário da Tarde que ganhou destaque, investindo em correspondentes de diversas cidades e noticiando os problemas e conquistas de diferentes regiões do Estado, relata Woitowicz (2003).

A Gazeta do Povo surge defendendo a bandeira de independência e imparcialidade. O manifesto de fundação da "Gazeta do Povo" trazia os seguintes dizeres, transcritos por Oliveira Filha (2004): "Não pertenço, não quero pertencer, a nenhum dos grupos políticos que militam no Estado. A política pessoal, circunscrita a adoração fetichista de qualquer individualidade, como tem ocorrido nos últimos tempos da República, não só não me cativa, como é de tal forma contrária a minha índole que mal entendo que haja alguém capaz de se circunscrever a atividade tão inferior (...) Não tem, pois, nenhum fundamento notícia propalada de que o jornal que redigirei se destina ao lançamento ou defesa de qualquer candidato à Presidência do Estado. Será escoimado de vícios políticos, viverá por si, do povo, para o povo".

A independência, imparcialidade e a afirmação de que o jornal não se destinava a fazer "defesa de qualquer candidato" desaparece logo no primeiro número. Conforme nos conta Oliveira Filha (2004) o jornal Gazeta do Povo publicou um texto de primeira página defendendo a candidatura de Ruy Barbosa à Presidência da República: "...ninguém o iguala em merecimentos; ninguém é tão querido pelo povo, ninguém é tão venerado pelas multidões; ninguém tem prestado a este país tão elevados serviços, ninguém quer o Brasil com tanta intensidade e tanto carinho...".

Plácido e Silva, secretário de redação e depois diretor do jornal onde permaneceu até 1962, em pronunciamento feito em julho de 1949, revelou a origem do capital necessário para o lançamento do jornal. O que é comprovado na edição comemorativa dos 73 anos do jornal, que circulou em 2 de fevereiro de 1992: "Benjamim Lins e De Plácido e Silva ao deflagrarem a saída deste jornal procuraram antecipadamente o apoio das classes conservadoras do Paraná, que na época eram formadas pelos proprietários dos grandes engenhos de erva-mate e industriais da madeira" (Gazeta do Povo, 1992, p.16). O apoio recebido foi imediatamente retribuído "com um vasto editorial que critica os altos impostos cobrados da indústria e do comércio", informa Oliveira Filha (2004).

Em 1957, na cobertura dos conflitos de terras que ocorriam no sudoeste do estado do Paraná, Pegoraro (2010) narra que a Gazeta do Povo, representante do setor elitista, privilegiou as falas oficiais e fotografias de entrevistados na capital, além de apresentar os posseiros como um grupo de desordeiros violentos que propiciavam clima de intranqüilidade a um grupo social ao qual não pertenciam (...). "No ano da Revolta dos Posseiros, os interesses do jornal estavam ao lado do governo Lupion, já que esse

veículo de comunicação fazia parte dos empreendimentos do grupo da família do governador". (PEGORARO, 2010:194-198)

Durante o conflito, a Gazeta do Povo era taxada de imprensa situacionista, além do governador Moysés Lupion, outro acionista era o chefe de polícia. O discurso oficial reproduzido pelo jornal, era de que no Sudoeste reinava paz, tranqüilidade e ordem. Muitas vezes o jornal questionou se houve realmente crimes na região. (PEGORARO, 2010, 203)

Com dívidas acumuladas, salários atrasados e reduzido espaço com anúncios publicitários, em 1962, a Gazeta do Povo foi adquirida por Francisco da Cunha Pereira Filho, de tradicional família curitibana, era um bem-sucedido advogado criminalista, e seu sócio Edmundo Lemanski, de origem gaúcha e também advogado, era diretor de banco (MOLINA 2009).

Na edição que comemorou os 90 anos do jornal, o sócio Edmundo Lemanski disse que o regime militar foi visto como uma "retomada da tranquilidade após a ameaça que os subversivos causavam à ordem". "Nunca tivemos problemas com a ditadura porque o jornal era imparcial" (MOLINA 2009).

Talvez possa se atribuir a essa "imparcialidade" e até mesmo subserviência, o sucesso dos investimentos realizados posteriormente pelos recém proprietários da Gazeta do Povo, que, mesmo inexperientes neste ramo de atuação, apostaram grandes somas na modernização do parque gráfico, da redação e de outros setores, ao mesmo tempo em que o Grupo ampliava seus domínios no segmento da comunicação.

> Em 1969 começou a operar a primeira offset de grande porte instalada no sul do país. Em junho de 1973 a "Gazeta do Povo" instalou os primeiros computadores para fotocomposição e em agosto o jornal estampou, na primeira página, uma foto colorida, novidade na imprensa paranaense. Neste mesmo ano foi comprada a TV Paranaense, Canal 12, de Curitiba, contando também com a participação acionária do empresário Roberto Marinho.(OLIVEIRA FILHA, 2004)

Em julho de 1951 surge o jornal O Estado do Paraná para dar sustentação ao então governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, que, segundo informa Oliveira Filha (2004) sofria oposição de todos os jornais que circulavam em Curitiba.

> "O Dia" era propriedade de seu inimigo político Moysés Lupion, que detinha também 50% do capital da "Gazeta do Povo" enquanto o "Diário da Tarde" era controlado por outro

> grupo rival. Segundo o jornalista João Dedeus Freitas Netto, essa foi a principal justificativa para o surgimento de "O Estado do Paraná", a partir de 17 de julho de 1951. "O cunhado do governador, Fernando Camargo, que era advogado da Caixa Econômica Federal, juntou dois empresários amigos, o Aristides Merhy e o José Luiz Guerra Rego para montarem um jornal e dar sustentação ao governo (...). (OLIVEIRA FILHA, 2004)

Em 1962, O Estado do Paraná foi vendido ao então secretário de Agricultura do Estado, Paulo Cruz Pimentel. Oliveira Filha (2004) relata que o novo proprietário também tinha pretensões políticas e usou o jornal para consolidar sua candidatura ao governo. Eleito governador para o mandato 1966-70, Pimentel continuou investindo no jornal e em outros veículos de comunicação, como rádios e TV's.

> Em 1970, Pimentel foi contra a indicação do deputado Haroldo Leon Peres para o governo do Paraná, feita pelo general presidente, Emílio Garrastazu Médici. Em março de 1971, Leon Peres foi ao presidente da República e argumentou que não poderia administrar o Estado com a oposição dos veículos de comunicação do ex-governador. "Médici não deixou por menos, assinou o Decreto-lei número 1.077, instituindo a censura prévia a livros, revistas e jornais", informa a edição comemorativa de 40 anos de "O Estado do Paraná", que circulou de 17 de julho de 1991 (p.4). (OLIVEIRA FILHA, 2004)

Os meios de comunicação utilizam as edições especiais para "reapresentar" a história, ao mesmo tempo em que projetam para seu público uma imagem positiva sobre si mesmos. Trata-se do que se denomina de lugares de auto-referenciação e, neste caso, localizado no próprio jornal (na edição especial).

Este foi o primeiro jornal paranaense a contar com um agente da Polícia Federal que desempenhava o papel de censor diretamente na redação, todos os dias. Em 1971, a permissão de funcionamento da Rádio Iguaçu (ex-Guairacá) foi anulada e, logo em seguida, a TV Iguaçu perdeu a condição de retransmissora da Rede Globo, que passou para a TV Paranaense, de propriedade de Francisco da Cunha Pereira e Roberto Marinho.

Os jornais aqui citados têm em comum, além do fato de surgirem para atender interesses políticos, declarados ou não, uma identidade entre seus fundadores, provenientes de classes sociais economicamente elevadas e com envolvimento na

política local, estadual ou até nacional. Com essas características, a imprensa comandada por estes "empresários", afirma Marques (2006),

> "se organiza de acordo com o modo de produção capitalista visando atingir objetivos mercantis, impossibilitando qualquer debate sobre uma forma de organização social mais justa e, ao contrário justificando que a conjuntura neoliberal é inevitável, dentro do processo de globalização, defendendo essa conjuntura como sendo a modernização das relações políticas, econômicas e sociais". (MARQUES, 2006 p.41)

O projeto hegemônico, segundo a teoria de Gramsci, consiste justamente na tentativa de conter uma manifestação das massas pela assimilação. Hegemonia é a direção político-ideológica de uma classe sobre outras classes, mas também econômica. Envolve a capacidade de um grupo social obter consenso de outros grupos, e, a partir da sua própria perspectiva, de cooptar outras classes e outros sujeitos. No plano cultural, o grupo hegemônico é aquele capaz de contar a história a partir da sua própria perspectiva de visão de mundo.

Censura Milenar

Sérgio Mattos (2005) ao fazer uma reflexão sobre o ato de censurar, diz que é tão antigo quanto a divulgação de idéias. O controle dos meios de difusão de idéias sempre existiu e a história registra, ao longo dos séculos, sob a tutela de regimes totalitários ou democráticos, como os governantes têm tentado sufocar por meio da censura, o esforço de comunicação.

> Durante a Idade Média e o renascimento, os tribunais do Santo Ofício exerceram uma censura moral, política e religiosa, quando inúmeras pessoas, principalmente artistas e escritores, foram condenados à prisão ou à morte. Muito tempo antes da tipografia de Gutenberg, no século XV, a Igreja já censurava obras literárias porque temia seus efeitos. (MATTOS, 2005, p. 46).

Marques de Mello (2007) conta que desde a chegada de Cabral ao litoral nordestino, em 1500, a "síndrome da mordaça" projetou-se sobre o nosso território, impedindo o desenvolvimento econômico, inviabilizando a autonomia política e inibindo o florescimento cultural.

Costella (2006, p. 31) afirma que no Brasil colônia, duas tentativas de implantação de tipografias, uma em 1706 e outra em 1747 foram proibidas. A segunda, ao contrário da primeira que nem conseguiu abrir suas portas, chegou a imprimir quatro "modestíssimos folhetos".

Conforme conta Costella, (2005, p.32) : "Mais não fez porque a Ordem Régia de 10 de maio de 1747, vinda de Lisboa, determinou o confisco de seus instrumentos, matando-lhe a oficina. (A Censura nos Impérios Lusitanos e Brasileiro)".

A Imprensa Régia foi instituída no Rio de Janeiro em 1808, local onde foi impresso o primeiro jornal no Brasil, a Gazeta do Rio de Janeiro. Mal se instalou, conta Costella (2006, p. 37) a imprensa e o Aviso ministerial de 24 de junho de 1808, determinou à direção da gráfica total vigilância sobre o que se imprimisse, e, em 27 de setembro imediato, um Decreto de D. João nomeou uma comissão de censores régios.

> Dessa maneira, tudo que se passou a publicar aqui, publicou-se sob o guante da censura estatal. Não é de se estranhar, pois, que a "Gazeta", assim como o Idade d'Ouro do Brazil, segundo jornal impresso em território brasileiro, produzido na Bahia em 1811 – na Bahia a censura foi exercida conjuntamente pelo governador e o bispo – se tornassem folhas inexpressivas, submissas ao poder, louvaminheiras. (COSTELLA, 2005:38-39)

Considerações finais

A imprensa, ao noticiar, estabelece um diálogo com seu público, ao mesmo tempo em que revela em suas páginas um universo de representações sociais, políticas, ideológicas, históricas que marcaram determinada época. A história é sempre a história dos homens que são portadores, agentes, vítimas das forças, das instituições, das funções, dos lugares onde estão inseridos (Barbosa 2010). A imprensa produz textos que falam de seu cotidiano e outros que deixam pistas sobre as suas relações com as instâncias do poder (Barbosa 2010). Ao longo dos séculos, os governantes têm tentado sufocar por meio da censura, o esforço de comunicação, nos revela Mattos. No Brasil, durante o período do regime militar, o que se viu na imprensa paranaense foi a presença de uma identidade entre seus fundadores**,** provenientes de classes sociais economicamente elevadas e que, pretensamente a serviço de um estado coercitivo,

trataram de assegurar por meio de projeto hegemônico (de busca de consenso), conter as manifestações das massas e assegurar o direito à propriedade.

Há que se considerar, que além dos desafios de superação metodológica no encaminhamento das pesquisas históricas sobre a imprensa, sobretudo no Paraná, há também a limitação na preservação da sua memória.

REFERÊNCIAS

BAHIA, JUAREZ. **Jornal, História e Técnica**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

Brasil Nunca Mais. Org. Arquidiocese de São Paulo: Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1985.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Comunicação e Poder _ A presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução de Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista: A língua como barbárie e a notícia como mercadoria**. São Paulo: Paulus, 2009.

MARQUES, Fábio Cardoso. **Uma reflexão sobre a espetacularização da imprensa. Comunicação e Sociedade do Espetáculo**. Orgs. Cláudio Novaes Pinto Coelho, Valdir José de Castro. São Paulo: Paulus, 2006.

COSTELLA, Antonio F. **A Censura nos Impérios Lusitano e Brasileiro**. Organizador José Marques de Melo. Síndrome da Mordaça: Mídia e Censura no Brasil. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Huitec, 1987.

MATTOS, Sérgio. **Mídia Controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. Organizador José Marques de Melo. **Síndrome da Mordaça: Mídia e Censura no Brasil.** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

MOLINA, Matías M. **História da Gazeta do Povo**, 2 de outubro de 2009. Disponível em: http://blog.acriare.com.br/?cat=28

OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida de. **Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos: "Gazeta do Povo" e "O Estado do Paraná".** I Seminário de Pesquisa Acadêmica da Faculdades do Brasil, 2004> Também disponível em: (www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd3/midia/elzaaparecidadeoliveirafilha.doc)

PEGORARO, Éverly. **Dizeres em Confronto _ A Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense.** Guarapuava: Unicentro: 2008.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Os Meios de Comunicação e as Políticas de Memória e Esquecimento**. Orgs. Eduardo Granja Coutinho, João Freire Filho e Raquel Paiva. Mídia e Poder: ideologia, discurso e subjetividade. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Recortes do tempo na Escrita do Jornal Diário da Tarde: História e Sociedade no Cotidiano Jornalístico da Capital Paranaense no início do século XX**. I Encontro Nacional de Pesquisadores de Jornalismo. Brasília (DF), 28 e 29 de novembro de 2003.